**REENVIO COMO INSTRUMENTO ÚTIL CONTRA PROBLEMAS DE JURISDIÇÃO: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE AS LEGISLAÇÕES PORTUGUESA E BRASILEIRA**

*Renvoi as an useful tool against Jurisdiction issues: a comparative study between Portuguese and Brazilian legislations*

**Mariana Silva[[1]](#footnote-1)**

Universidade XYZ

Este artigo explora a eficácia da técnica de reenvio no Direito Internacional Privado (DIP), enfatizando seu potencial para alcançar uniformidade e segurança jurídica entre jurisdições. Examina a pluralidade de técnicas de regulação de conflitos no âmbito da PIL, destacando a necessidade de uma integração coerente da escolha da lei, da escolha do tribunal e do reconhecimento de decisões estrangeiras. Para tanto, este artigo contrasta o sistema jurídico português, que efetivamente emprega o reenvio, com o sistema brasileiro sob a LINDB (Lei de Introdução do Direito Brasileiro, traduzida livremente como "Introdução à Lei do Direito Brasileiro"), que resiste a essa técnica, resultando em resultados jurídicos inconsistentes. Analisará também questões de jurisdição, para ver como os sistemas jurídicos podem abordar melhor as complexidades dos casos transnacionais, garantindo justiça e previsibilidade nos processos judiciais.

O problema proposto é a eficácia da técnica de reenvio no Direito Internacional Privado (DIP) e sua capacidade de promover uniformidade e segurança jurídica entre jurisdições. O objetivo da investigação é contrastar a aplicação do reenvio no sistema jurídico português e no sistema brasileiro sob a LINDB, e analisar questões de jurisdição para abordar as complexidades dos casos transnacionais.

A metodologia de pesquisa inclui uma análise comparativa entre o sistema jurídico português e o brasileiro, com foco no uso do reenvio, e um estudo de casos que envolvem conflitos de jurisdição em contextos transnacionais. As principais conclusões apontam que o sistema jurídico português demonstra uma aplicação eficaz do reenvio, contribuindo para a uniformidade e segurança jurídica, enquanto a resistência do sistema brasileiro sob a LINDB ao reenvio resulta em inconsistências jurídicas. Além disso, destaca-se a necessidade de uma integração coerente entre a escolha da lei, a escolha do tribunal e o reconhecimento de decisões estrangeiras para lidar com casos transnacionais de maneira justa e previsível.

**Palavras-chave**: Direito Internacional Privado; Reenvio; Uniformidade Jurídica; Segurança Jurídica; Sistema Jurídico Português; LINDB; Jurisdição; Casos Transnacionais.

This article explores the effectiveness of the remand technique in Private International Law (PIL), emphasizing its potential for achieving uniformity and legal certainty across jurisdictions. It examines the plurality of conflict regulation techniques within the scope of PIL, highlighting the need for a coherent integration of the choice of law, the choice of court and the recognition of foreign decisions. To this end, this article contrasts the Portuguese legal system, which effectively employs remanufacturing, with the Brazilian system under the LINDB (Law of Introduction of Brazilian Law, loosely translated as "Introduction to the Law of Brazilian Law"), which resists this technique , resulting in inconsistent legal results. It will also look at issues of jurisdiction, to see how legal systems can better address the complexities of transnational cases, ensuring fairness and predictability in judicial processes.

The proposed problem is the effectiveness of the reference technique in PIL and its ability to promote uniformity and legal certainty between jurisdictions. The aim of the investigation is to contrast the application of renvoi in the Portuguese legal system and the Brazilian system under the LINDB, and to analyze issues of jurisdiction to address the complexities of transnational cases.

The research methodology includes a comparative analysis between the Portuguese and Brazilian legal systems, focusing on the use of reference, and a study of cases involving conflicts of jurisdiction in transnational contexts. The main conclusions point out that the Portuguese legal system demonstrates an effective application of the reference, contributing to uniformity and legal certainty, while the resistance of the Brazilian system under the LINDB to the reference results in legal inconsistencies. Furthermore, it highlights the need for a coherent integration between choice of law, choice of court and recognition of foreign decisions to deal with transnational cases in a fair and predictable manner.

**Keywords**: Private International Law; Resend; Legal Uniformity; Legal Security; Portuguese Legal System; LINDB; Jurisdiction; Transnational Cases.

1. Licenciatura em Direito pela Universidade XYZ. E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxx [↑](#footnote-ref-1)